

Quem estaria hoje no Brasil sem a Princesa Isabel? Por Evaristo de Miranda

📅 17/05/2026 ⌚ 08:01



Imagens feitas por Joaquim Insley Pacheco, fotógrafo oficial da Casa Imperial de 1857 até a República. Pertencem ao vasto acervo de milhares de fotografias antigas que estão sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O perfil demográfico e ancestral do Brasil tem a marca da Coroa Imperial e, sobretudo, da Princesa Isabel. Abolicionista convicta e estadista decidida, ela contribuiu para mudar a **história da agricultura, a economia e o povoamento do Brasil**. Em 13 de maio comemora-se a abolição da escravatura, a assinatura da Lei Áurea. Primeira mulher a exercer o governo do Brasil, assumiu a Regência do Império em várias ocasiões durante viagens de D. Pedro II ao exterior. Pela Constituição do Império, tinha assento no Senado, algo inédito para uma mulher no Brasil da época. A Princesa Isabel foi a figura feminina central de uma transição civilizacional brasileira.

A abolicionista

A princesa Isabel participou ativamente do movimento abolicionista. Seu primeiro ato público de fé abolicionista se deu por ocasião de seu matrimônio, em 1864. Ela pediu ao pai, como presente de casamento, a alforria de todos os escravos do Estado. Com o incentivo de D. Pedro II, por meio de suas regências, ela foi levada a comandar o processo de aprovação da legislação pré-abolição, após a Lei Eusébio de Queirós, sobre a proibição da entrada de africanos escravizados no Brasil.

Sua primeira marca na história foi a Lei do Ventre Livre. Apenas dois dias após ter sancionado a Lei do Ventre Livre, a partir da qual as mulheres escravizadas dariam à luz crianças livres, a princesa imperial, grávida, fez sua **primeira fala à Assembleia Geral**: – *Esta última reforma marcará uma nova era no progresso moral e material do Brasil. É empresa que exige prudência, perseverantes*

esforços e o concurso espontâneo de todos os brasileiros. Tenho fé em que seremos bem sucedidos, sem prejuízo da agricultura, nossa principal indústria, porque esse cometimento é a expressão da vontade nacional, inspirada pelos mais elevados preceitos da religião e da política.

A princesa Isabel organizou uma série de eventos para arrecadar fundos para alforrias e para o financiamento do movimento abolicionista. Pagou do bolso a liberdade de cativos e libertou os últimos escravos de Petrópolis. O Palácio ou Paço de São Cristóvão se transformou em uma espécie de quilombo abolicionista. André Rebouças, engenheiro e intelectual negro de prestígio na época, comandava o esquema de fugas, com o apoio da herdeira do Trono. “*A regência pratica às escâncaras, em solenidades públicas, o acoitamento de escravos*”, acusávamos críticos da época.

Quilombo do Leblon

Ela frequentou quilombos, sobretudo o do Leblon, onde se cultivavam camélias. Essas flores viraram um **símbolo do abolicionismo**. A Princesa Imperial fazia questão de portá-las sempre consigo. Enfeitavam sua mesa de trabalho e sua capela particular. Em 1886, impediu a destruição do Quilombo do Leblon. Quando assinou a Lei Áurea, foram-lhe entregues dois buquês de camélias, um, artificial, pela **Confederação Abolicionista**, em nome do movimento vitorioso, e outro, de flores naturais, vindas do Quilombo do Leblon, por gente do povo. Rui Barbosa definiu o gesto como *a mais mimosa das oferendas populares*.

O Papa Leão XIII, na Encíclica *In plurimis* de 5 de maio de 1888, escrita para promover ações contra a escravidão, manifestou o seu contentamento pelo empenho do Imperador Dom Pedro II e da Princesa Isabel, para sua extinção. No mesmo ano, Leão XIII concedeu a **Rosa de Ouro** à Princesa Isabel, pela assinatura da Lei Áurea. Símbolo permanente de reverência, essa Rosa de Ouro encontra-se hoje no Museu de Arte Sacra, do Rio de Janeiro, tema já tratado na **Revista Oeste**.

A princesa era humilde

De uma humildade tão ausente quanto necessária na vida política atual. Após a Lei Áurea, abolicionistas procuraram a Princesa com proposta de eternizá-la, no alto do Corcovado (709 m), numa estátua da “Redentora”, como fora apelidada pelo jornalista negro José do Patrocínio. Recusou. **Ordenou construir uma imagem de Cristo, o verdadeiro redentor dos homens**. Ali germinou a ideia de um monumento religioso no Corcovado, o santuário do Cristo Redentor, por obra de Isabel, a Redentora:

Manda Sua Alteza a Princesa Imperial Regente em Nome de Sua Magestade o Imperador agradecer a oferta da Commissão Organizadora (...) para erguer huma estátua em sua honra pela extinção da escravidão no Brasil, e faz mudar a dita homenagem e o projecto, (...), por huma estátua do Sagrado Coração de Nosso Senhor Jezus Christo, verdadeiro redentor dos homens, que se fará erguer no alto do morro do Corcovado.

O Imperador e a Princesa

Com D. Pedro II, participou da transição institucional responsável pela **modernização da agropecuária** nacional. A princesa era consciente do quanto a mão de obra era essencial à agricultura brasileira, sobretudo nas lavouras de café. Não havia mecanização naquele tempo. Sob a Coroa Imperial, com crescente protagonismo das províncias e dos cafeicultores, fomentou-se a vinda de trabalhadores livres, graças aos acordos com monarquias europeias (Espanha, Portugal, Alemanha, Itália e Rússia) e com o Japão, para ocupar o lugar da mão de obra

escrava e apoiar a expansão da cafeicultura, sobretudo. D. Pedro II negociou com o império do Japão, através do Barão de Jaceguai, a vinda de **imigrantes**. Isso começou a modernizar o campo, antes mesmo da abolição, como na província de São Paulo.

A princesa manifestava simpatia por propostas de ampliação do acesso à terra aos libertos. Aquele modelo agrícola, baseado em grandes monoculturas, não poderia assegurar o futuro do Brasil. Em repetidas manifestações, a Coroa propôs a cessão de terras a colonos europeus, em regiões pioneiras, como caminho para uma nova agricultura, ao lado de grandes fazendas de cana-de-açúcar, tabaco e café. Surgiriam muitas pequenas propriedades, dedicadas a novos cultivos em regiões pioneiras. D. Pedro II vislumbrava, para o futuro do Brasil, uma agricultura mais diversificada, baseada em pequenas e médias propriedades. Assim ocorreu no Sul e Sudeste. Abriam-se novas formas de acesso à terra e Quilombo do Leblon

Esse processo de imigração reestruturou o povoamento do Brasil. Historiadores, demógrafos, embaixadas e entidades culturais estimam os atuais descendentes de imigrantes italianos no Brasil entre 20 e 30 milhões; os de espanhóis entre 15 e 20 milhões; os de ascendência árabe (sírios, libaneses e outros) de 10 a 15 milhões; os de alemães 5 a 12 milhões e os japoneses cerca de 2 milhões. Além dos 50 a 80 milhões de descendentes de portugueses. Esses números se sobrepõem. Muitos brasileiros possuem ancestralidade múltipla. Uma mesma pessoa pode ter, por exemplo, ascendência portuguesa, italiana e árabe simultaneamente. Essa mistura étnica é a marca da herança lusitana e monárquica nestas terras tropicais.

Muitos agricultores e pecuaristas, descendentes desses fluxos migratórios, estimulados pelas políticas imperiais de transição ao trabalho livre, das quais a princesa Isabel participou ativamente, seguiram a trajetória empreendedora de seus pais, avós e bisavós. Assumiram riscos, investiram e renovaram a agropecuária nos cerrados do Sudeste e do Nordeste. Conquistaram o Centro-Oeste, o MATOPIBA e ainda expandem o agronegócio moderno e tecnificado no país.

A princesa era uma estadista

Preocupava-se com as próximas gerações e não com as próximas eleições. Após a abolição da escravatura, seguiram-se várias cerimônias, como a do Legislativo, com a presença de embaixadores e autoridades. Ao cumprimentá-la, o Barão de Cotegipe advertiu-a diante de todos: *–A senhora acabou de redimir uma raça e perder o trono.* Ela ergueu a voz e rebateu: *– Barão, se mil tronos eu tivesse, mil tronos eu perderia para pôr fim à escravidão no Brasil.*

Nenhuma revisão ideológica da história apagará o papel da Princesa Isabel na abolição da escravidão e na transição a uma nova organização do trabalho. Não há como retirar da história a autora de uma Lei chamada Áurea.



Evaristo de Miranda foi pesquisador da Embrapa por 43 anos. É doutor em Ecologia e membro da Academia Nacional de Agricultura da SNA

Artigo publicado na Edição 322 da Revista Oeste, gentilmente cedido pelo autor à SNA

Facebook

Twitter

LinkedIn

WhatsApp



Artigos

Quem estaria hoje no Brasil sem a Princesa Isabel? Por Evaristo de Miranda

Notícias do Agro

Frango: Exportações registram recordes históricos

Notícias do Agro

Ovos: Embarques voltam a aumentar com demanda chilena

Sociedade Nacional de Agricultura Faculdade SNA Digital

Av. General Justo 171 – 3º e 7º andares
Centro – Rio de Janeiro (RJ)
CEP: 20021-130
+55 (21) 3231-6350

Campus Educacional e Ambiental SNA

Avenida Brasil 9727
Penha – Rio de Janeiro (RJ)
CEP: 21012-351
+55 (21) 3977-9979



Envie-nos uma mensagem

INSTITUCIONAL

Sobre a SNA

Diretoria da SNA

Academia Nacional de Agricultura

EDUCAÇÃO

SNA Digital – EAD

Campus Educacional

PUBLICAÇÕES DA SNA

A Lavoura

Animal Business

CI Orgânicos

Boletim SNA

CONTEÚDO

Destaques da SNA

Notícias do agro

Artigos

Entrevistas

SNA Startup Hub

Código de Ética

Política de Governança

Política de Privacidade.

© Copyright Sociedade Nacional de Agricultura 2023. Todos os direitos reservados.